



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Sexta-feira (10/05) a Quinta-feira (16/05)

Manchetes

O Globo: Grupo Interinstitucional de Defesa da Cidadania condena tiros da polícia com uso de helicópteros

UOL: PGR investiga Witzel por defender 'abate' de suspeitos

Metrópoles: MPF quer nomeações imediatas para comitês de combate a tortura

O Globo: Presos que denunciaram tortura em quartel no Rio de Janeiro vão responder por tentativa de homicídio de militares

El País: Mães presas apesar de proibição legal

O Globo: STF julga ampliar prisão domiciliar concedida a mães

G1: Comissão do Senado aprova texto que obriga presos a ressarcirem Estado por despesas da detenção

Síntese das notícias

Grupo Interinstitucional de Defesa da Cidadania condena tiros da polícia com uso

de helicópteros: O uso de helicópteros como plataforma de tiros pelas Polícias Militar e Civil do Rio de Janeiro, exceto em casos de legítima defesa, é considerado ilegal pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional de Defesa da Cidadania, vinculado à 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF. Para os participantes do GT, o uso de helicópteros para disparos, que provoca tensão entre moradores das comunidades sobrevoadas, se distingue da política de segurança pública de outros estados e deveria ser revisto pelo governo do Rio de Janeiro, ao qual o Grupo vai pedir imagens feitas pelos helicópteros e esclarecimentos sobre as finalidades dessa prática e seus resultados. O GT Defesa da Cidadania protocolou na Comissão Interamericana de Direitos Humanos uma Nota Técnica que repudia a apologia oficial do governo do Rio à chamada “política de abate”.

Fonte: **O Globo.** (10/05/2019)

<https://glo.bo/2JoFVmf>

PGR investiga Witzel por defender 'abate' de suspeitos: A Procuradoria-Geral da República (PGR) abriu investigação preliminar para apurar possíveis crimes cometidos pelo governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), em razão de reiteradas



declarações em defesa do "abate" de suspeitos durante operações policiais. A decisão foi tomada na sexta-feira (3) após a PGR receber ao menos três representações contra o governador por esse motivo. A PGR, irá apurar, através da notícia de fato, se há indícios para a abertura de um inquérito, etapa na qual Witzel se tornaria formalmente investigado. Após a instauração da investigação preliminar, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, deve agora solicitar oficialmente informações sobre o caso. Fonte: **UOL**.

(10/05/2019)

<http://bit.ly/2VucfWi>

MPF quer nomeações imediatas para comitês de combate a tortura: O Ministério Público Federal (MPF) acionou a Justiça para exigir a designação imediata de membros para o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT), bem como a nomeação de peritos para atuarem no Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). A ação do MPF estabeleceu prazo de sete dias úteis para o cumprimento das medidas, além de pedir a aplicação de multa diária caso as determinações não sejam atendidas. O documento informa que os membros deveriam ter sido nomeados até 31 de dezembro de 2018. O MNPCT detém prerrogativa para realizar visitas de fiscalização a qualquer lugar de privação de liberdade no país, tais como presídios, hospitais psiquiátricos e abrigos para idosos. Já o CNPCT participa da elaboração de recomendações do MNPCT, entre outras atividades. Fonte: **Metrópoles**.

(13/05/2019)

<http://bit.ly/2Hqf6L0>

Presos que denunciaram tortura em quartel no RJ vão responder por tentativa de homicídio de militares: Sete presos que denunciaram terem sido vítimas de uma sessão de tortura dentro de um quartel do Exército na Zona Oeste do Rio em agosto do ano passado vão responder, na Justiça Militar, pelo crime de tentativa de homicídio contra militares. Em primeira instância, a juíza Marilena da Silva Bittencourt, da 4ª Auditoria da 1ª Circunscrição de Justiça Militar, havia rejeitado a denúncia. No entanto, o Ministério Público Militar (MPM) recorreu da decisão. O Superior Tribunal Militar (STM), então, decidiu pelo recebimento da denúncia e pela decretação da prisão preventiva dos acusados pelo crime. O MPM também é responsável por investigar a denúncia de tortura feita pelos presos. Fonte: **O Globo**. (15/05/2019)



<https://glo.bo/2YB2BDn>

Mães presas apesar de proibição legal: Mães de crianças e de pessoas com deficiência e mulheres grávidas, acusadas de crimes não violentos, permanecem privadas de liberdade, apesar da proibição expressa na lei. A análise dos últimos dados disponíveis do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN) – obtidos pela Human Rights Watch por meio de um pedido de acesso à informação – mostram que, em setembro de 2018, juízes haviam determinado a soltura de menos de um terço das mulheres que deveriam responder em liberdade, exceto em casos “excepcionalíssimos”. Com isso, mais de 6.000 permanecem atrás das grades aguardando julgamento. Fonte: **El País. (13/05/2019)**

<http://bit.ly/2JCESyi>

STF julga ampliar prisão domiciliar concedida a mães: O Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar pedido de *habeas corpus* coletivo em favor de todos os presos que têm sob sua responsabilidade crianças e deficientes. A ideia é estender a essas pessoas o benefício concedido a mães e gestantes presas — que, em fevereiro do ano passado, garantiram na Corte o direito a serem transferidas para o regime domiciliar. O pedido de extensão do benefício chegou ao Supremo em novembro de 2018. A Defensoria Pública da União (DPU) está à frente da causa. Antes de tomar qualquer decisão, o relator, ministro Gilmar Mendes, pediu para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Departamento Penitenciário Nacional (Depen) informarem o número de presos que poderiam ser afetados pela decisão. Fonte: **O Globo. (13/05/2019)**

<https://glo.bo/2W8rWah>

Comissão do Senado aprova texto que obriga presos a ressarcirem Estado por despesas da detenção: A Comissão de Direitos Humanos do Senado aprovou nesta terça-feira (14) projeto de lei que obriga presos a ressarcirem o Estado pelas despesas da detenção. O projeto, do ex-senador Waldemir Moka (MS), ainda deve passar pelo plenário do Senado e pela Câmara antes de seguir para a sanção presidencial. O texto determina que presos que não tiverem dinheiro para custear as despesas deverão trabalhar durante o cumprimento da pena e ter os valores – até um quarto do que é recebido - descontados do salário. O projeto ainda determina que presos que não pagarem pelas despesas

SINOPSE DE NOTÍCIAS



deverão ser cobrados nos mesmos moldes das cobranças de dívida ativa da Fazenda Pública. Fonte: **G1**. (14/05/2019)

<https://glo.bo/2YxviAZ>